

# **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (2010-2020)**

**Dr. Augusto Cesar Rios Leiro**  
Universidade Federal da Bahia – Brasil  
cesarleirocbce@gmail.com  
**Thaís Souza dos Santos**  
Universidade Federal da Bahia – Brasil  
thaisza12@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Este resumo é oriundo de uma pesquisa de tese em andamento sobre Internacionalização da Educação Superior. Neste recorte, buscamos realizar uma tecitura de algumas contradições manifestas relacionadas às políticas educacionais brasileiras com vistas à Internacionalização da Educação Superior, no contexto de 2010 a 2020. Utilizamos a palavra “tecitura” por compreender que o conjunto de contradições, metaforicamente, funcionam como linhas que tecem uma rede de relações e exibem um todo interrelacionado, devidamente coeso e contextualizado de acordo com imperativos globais da economia neoliberal.

Para elaborarmos a tecitura de contradições manifestas relacionadas às políticas educacionais brasileiras com vistas à Internacionalização da Educação Superior, no contexto de 2010 a 2020, selecionamos documentos que se materializam enquanto políticas educacionais brasileiras pioneiras em abordar, de forma mais consistente, da internacionalização enquanto perspectiva para o ensino superior. São eles: o Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020); o Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Programa Ciência sem Fronteiras (PCsF) e o Relatório da CAPES (2017).

## **PLANOS E TECITURAS**

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Paralelamente a este Plano, foi

elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE). No Brasil, foi a primeira vez que um plano nacional de educação contemplou as metas da pós-graduação, sendo o PNPG parte integrante do PNE. Para nós, é válido notar que é justamente nessas metas para pós-graduação que se insere, também de forma pioneira nesse contexto, a Internacionalização.

O Plano (BRASIL, 2010, p.36) analisa que a avaliação dos Planos anteriores deveria ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. Nesse contexto, não refletem a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo.

Azevedo e Catani (2013) afirmam que esse Plano apresenta um duplo sentido quando trata de internacionalização. Os autores afirmam que é possível identificar o princípio de cooperação para a internacionalização e, ainda, perceber a internacionalização enquanto competitiva tendo em vista a evidente intencionalidade de responder aos imperativos globais da economia neoliberal.

Na busca pela promoção da consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, em 13 de abril de 2011, por meio do Decreto 7.642, foi instituído o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF). A ação é oriunda de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico.

Para execução do Programa CsF, coube firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades privadas. Trivisol (2020) traz que, do ponto de vista estratégico, o Programa CsF incorpora valores e princípios presentes na CMES (UNESCO, 1998a), na Conferência da Unesco (2009) e no Processo de Bolonha, a citar a competitividade, a concorrência, o desenvolvimento tecnológico e científico, na intenção de destacar o País no cenário da economia global.

[Vale destacar a análise da regionalização da educação superior feita por Knight (2020, p.175) quando cita a fuga de cérebros - e que podemos relacionar à citação de Dale

(2004, p. 445-446) quando o mesmo fala sobre “centros metropolitanos dominantes”. Isso porque a autora compreende que a expansão de esquemas de mobilidade acadêmica, de estudantes e de docentes é uma característica da regionalização (e da internacionalização), todavia atenta para o fato de que alguns países estão experimentando uma “perda líquida de cérebros” – notadamente para os citados “centros metropolitanos dominantes” – o que, para a autora, resulta em uma reserva menor de talentos e coloca potencialmente em risco o desenvolvimento econômico e social nacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é mais uma referência para compreensão das propostas de internacionalização no Brasil na década vigente. O PNE é uma lei (Lei n. 13.005) aprovada em 25 de junho de 2014, com vigência por 10 (dez) anos, que faz alusão apenas à mobilidade. Contudo, Morosini e Corte (2018, p.114) relatam que a internacionalização de uma instituição de ensino superior não está relacionada somente à realização de atividades de intercâmbio. As autoras defendem uma política de internacionalização voltada para elementos de sinergia entre o ensino, a pesquisa e a extensão e no processo de cooperação internacional que se faz necessário para reconhecer as potencialidades do país de origem e dos países parceiros.

O Relatório da Capes (2017, p.44) também traz considerações relevantes para compreendermos o processo de internacionalização na última década. O aumento da autonomia universitária emerge na conclusão do Relatório (2017) como condição *sine qua non* para um novo plano estratégico de internacionalização. O Plano anuncia que a internacionalização das universidades Brasileiras é necessária para tornar a educação superior responsiva aos requerimentos e desafios da sociedade globalizada.

A esse respeito vale trazer uma reflexão sobre Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária. Sguissardi, Franco e Morosini (2005, p. 15) citam que há a mudança de um modelo de universidade autônoma para o modelo de uma universidade heterônoma. Sendo que a autônoma é independente da direção do mercado e do Estado, ainda que custeada por este, e a heterônoma é aquela que depende dos recursos, da direção e do controle não somente do Estado mas, em especial, do mercado. Os autores ainda trazem recomendações a partir das lacunas que verificou com a conclusão do Relatório (2017, p.46) e reconhecem a discrepância entre a mobilidade passiva e a ativa no Brasil.

A compreensão de que as lutas sociopolíticas emergem das relações de produção tradicionais herdadas, e em contradição com elas, nos faz pensar que a tecitura das contradições manifestas nos documentos em foco se constitui enquanto fundamento material de luta das pesquisadoras e pesquisadores em Educação por um ideal de Internacionalização da Educação Superior no Brasil.

## **CONCLUSÃO**

A reflexão sobre os documentos e atores apresentados até então nos leva ao entendimento de internacionalização como uma nova missão para a gestão do ensino superior no mundo globalizado. Verificamos, ainda, que a Internacionalização da Educação Superior carrega um ideal de cooperação e diplomacia que entra em conflito com a consolidação de interesses do mundo globalizado constatado nos conceitos de concorrência e competitividade presentes nos documentos.

A compreensão de que as lutas sociopolíticas emergem das relações de produção tradicionais herdadas, e em contradição com elas, nos faz pensar que a tecitura das contradições manifestas nos documentos em foco se constitui enquanto fundamento material de luta das pesquisadoras e pesquisadores em Educação por um ideal de Internacionalização da Educação Superior no Brasil.

## **REFERÊNCIAS:**

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; OLIVEIRA, João F.; CATANI, Afrânio M. **O sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024):** regulação, avaliação e financiamento. RBPAE, v. 32, n. 3, p. 783-808, set./dez. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2014-2014)**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. **V PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação: 2011-2020. Volume I.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf> Acesso em 01 fev. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília: CAPES, 2019d. Disponível em: <https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017->

Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf. Acesso em: 30 jun 2019.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CSF). **O programa**. 2019. Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 03 ago 2020.

DALE, Roger. **Globalização e educação**: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004 Disponível em < Rev87grafic\_05DOSSIE.pmd (scielo.br)> Acesso em: 25 março 2021.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da Educação Superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MOROSINI, Marília Costa. CORTE, Marilene Gabriel Dalla. **Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil**. Revista Educação em Questão, Natal, RN, v. 56. N. 47, p. 97-120. 2018.

SGUISSARDI, Waldemar; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

TRIVISOL, Marcio Giusti. **A educação superior no contexto da sociedade contemporânea**: os sentidos e intencionalidades da internacionalização no PNPG (2011-2020). Tese 2020.